

Janaina trabalhando, votando contra esses requerimentos que eles fazem, Douglas, para convocar, para convidar, a priori, os seus assessores.

Olhem só: o escopo da CPI é investigar fake news da eleição de 2018. Por que estão convidando os seus assessores para prestar esclarecimento? Para que isso? Perseguindo assessor parlamentar.

Questiono isso. E não podemos sequer participar. Não conseguimos acessar remotamente essa CPI para colocar o nosso ponto de vista, para convencer os nossos pares que não votem e não aprovem esse tipo de requerimento.

Outro dia estava um membro do Movimento Brasil Livre. Movimento conhecidíssimo por divulgar, ele sim, notícias mentirosas. Tinha um palestrante lá te ofendendo, Douglas.

Te ofendendo. Ora, pelo amor de Deus. A que ponto que a gente chegou. Então vamos melhorar o Projeto de resolução. Vamos voltar aos trabalhos. Claro, tomando as medidas necessárias. Tem álcool gel, tem máscara. Tem tudo. A gente consegue, sim.

Não é possível que, num ambiente controlado como esse, 94 parlamentares, Serviço Médico, toda uma estrutura, a gente não consiga voltar minimamente. A crítica que venho recebendo, nas redes sociais principalmente, é que nós queremos e o estado de São Paulo quer que as crianças voltem às escolas, os professores, os funcionários. Muitos, até, de grupo de risco, enquanto alguns querem permanecer trabalhando remotamente.

Então, é um contrassenso. Até fizeram uma piada: “Olha, os deputados querem votar virtualmente, remotamente, para que professores e crianças voltem para a sala de aula”. Então me parece aí um contrassenso.

A gente precisa chegar a um equilíbrio. Nem estou colocando a minha posição, se sou contra ou a favor. Acredito que a gente tem que tomar as medidas necessárias. A gente precisa preservar as nossas crianças, os professores, os trabalhadores da Educação como um todo.

Então, vamos tentar discutir esse Projeto de resolução. Vamos tentar chegar aí a um consenso, mas gosto muito de estar aqui na Assembleia. Venho todos os dias, gosto de participar das comissões, gosto de estar aqui no plenário, e quero participar, não como membro da CPI, mas quero dar a minha contribuição, principalmente na CPI das Fake News aqui na Assembleia.

Se o trabalho for feito remotamente, como vem sendo feito, e a gente não tiver a oportunidade de participar, entrar ali no link e colocar a nossa voz, vão sempre nos citar, Douglas, nos colocando, nos taxando como criminosos, e nós não somos criminosos.

Gostaria de esclarecer também - ainda tenho aqui o tempo de quatro minutos - sobre a minha expulsão do PSL. Vejam só vocês. Fui suspenso do PSL por infidelidade partidária.

Vim aqui à tribuna, deputado Ed, e disse: “Olha, eu sou Bolsonaro, eu defendo o governo Bolsonaro, defendo também a criação do partido Aliança pelo Brasil”. Sempre deixei isso claro para a bancada, nunca foi surpresa para ninguém, mas sempre respeitei os meus pares de bancada enquanto líder do PSL.

Nunca cerceei ninguém de falar, nunca impus para ninguém falar, ou alguma punição por alguém votar diferente de mim, jamais, e o PSL vem e me suspende por infidelidade partidária. Tudo bem.

Consegui uma liminar suspendendo a suspensão, voltei aí às fileiras do PSL. Para minha surpresa, um dia depois dessa suspensão, dessa liminar do TJ do DF, eu fui expulso, junto com o Douglas Garcia. Só que, Douglas, eu não fui notificado. Até agora não tiveram o trabalho de me notificar.

Vamos lá, executivo estadual do PSL, vocês conhecem bem. Gabinete 4001, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Avenida Pedro Álvares Cabral, 201. Quem não souber, é só chegar na portaria e perguntar onde é o gabinete do carteiro, do deputado Gil Diniz. Vocês vão me encontrar aqui todos os dias. Não me notificarão.

Mandaram uma notificação aqui para Assembleia Legislativa. faltava assinatura, deputado Ed, faltava carimbo. Não tiveram o trabalho, Douglas. A Presidência teve que devolver para eles o processo de expulsão. Por quê? Porque fizeram de qualquer maneira, fizeram só para nos expulsar. Veja bem, não tenho problema nenhum de ser expulso do PSL, sair e tudo mais.

O senador Major Olímpio veio a público dizer que vai pedir o nosso mandato, que vai solicitar ao suplente, ou ao partido, porque o partido é o dono do mandato. Vai solicitar o nosso mandato. Veja só você, se os eleitores confiaram o seu voto a você, não vão ter o representante, vai vir o suplente. Por quê? Porque estão nos perseguindo politicamente, mas eu volto a esse assunto em um outro momento.

Para finalizar, só queria questionar aqui. Eu fui denunciado no ano passado no Ministério Público. Racha de salário, funcionário fantasma e outras coisas. Fiz um boletim, fui me defender, claro. Todos os assessores foram lá, prestaram os devidos esclarecimentos. Abri mão do meu sigilo bancário tranquilamente, deputado Ed, e tudo mais, e o MP, não sei o porquê, está proتلando, deputado Douglas, essa questão.

Já fiz um boletim de ocorrência. Abrimos inquérito contra o cidadão, denúncia caluniosa, e mostrei um áudio para um delegado, e ele fez um boletim de ocorrência por extorsão. Extorsão, porque claramente nesse áudio ele fala: “se o Gil Diniz derrubar a minha nominata na cidade de Suzano eu vou denunciá-lo”. Ou seja, se não mexer na minha nominata, deputado Ed, estava tranquilo, tudo bem.

Fiz o boletim por extorsão, mas para minha surpresa vejam vocês, o rapaz hoje está na chapa do Partido Democratas em Suzano, e o candidato a prefeito nessa chapa se chama Jorge Romanos. Quem é Jorge Romanos, deputado Douglas Garcia? Jorge Romanos é o assessor especial parlamentar do deputado Estevam Galvão.

Ora, abrigaram esse rapaz, que já tem um histórico imenso ali na cidade de Suzano. Não foi só contra mim, não. Depois eu levantei todo o passado dele. Eu gosto do deputado Estevam Galvão, tenho um profundo respeito por ele, eu sei que ele não coaduna com esse tipo de coisa, mas para mim é muito, mas muito estranho entrar na rede social desse cidadão, que fez sim uma denúncia caluniosa, que está respondendo por extorsão.

E se você levantar a ficha dele lá em Suzano, você vai ver o que ele já prontou, e o deputado Estevam Galvão, com toda a experiência que tem, permitir que ele faça parte, Douglas, dessa chapa, onde ele vai lançar esse assessor especial parlamentar dele, o Sr. Jorge Romanos, na cidade de Suzano.

No mínimo é estranho. Então, deixo aqui, mais uma vez, o meu mandato à disposição do Ministério Público. Espero que rapidamente isso seja esclarecido, porque nós estamos em um ano eleitoral, e a gente sabe como que a oposição trabalha para nos desgastar. É na CPI das Fake News, é no Ministério Público e é aqui na Assembleia Legislativa, tentando desgastar os nossos mandatos.

Muito obrigado, deputado Douglas Garcia. Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Disponha, deputado. Continuando a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente, gostaria de convidar para fazer uso da palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Nobre deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Nobre Deputado Castello Branco. (Pausa.) Nobre Deputado Frederico d’Avila. (Pausa.) Nobre deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental de dez minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa. e os colegas presentes. Bom, eu queria propor para esta Casa um debate de um tema novo.

É interessante, às vezes acontece, a gente acorda para determinados temas, não percebe que pode tratar desses temas

em um mandato parlamentar estadual, e até nem entende por que não fez antes.

Quando eu preparei, em conjunto com outros colegas, uma emenda aglutinativa para apresentar quando formos votar o projeto da deputada Marina, eu lembrei da questão da adoção, e de como nós temos tantas famílias querendo adotar e tantas crianças a serem adotadas, e os processos não andam, ou pelo menos não andam na velocidade com que poderiam andar.

Aí, nessa emenda aglutinativa, fiz uma sugestão de nós colocarmos o princípio da celeridade na adoção, e algumas providências, como o dever de se fazer busca ativa de crianças e famílias. Ou seja, que não esperemos simplesmente o procedimento tramitar de forma passiva, mas que haja uma busca ativa de crianças e famílias.

Quando o secretário da Justiça compareceu na nossa reunião virtual da CCJ, eu levei o tema a ele, perguntando o que a Secretaria estava fazendo, para que nós pudéssemos acelerar os processos de adoção. Ele respondeu, também ficou de fazer mais um levantamento.

O CNJ instituiu um cadastro único, que faz um encontro, vamos dizer assim, de adotantes, de candidatos à adoção, ou seja, aquelas famílias que querem adotar, e potenciais filhos. Então, existe hoje um cadastro nacional, possibilitando a adoção, vamos dizer assim, interestadual, mas ainda não foi suficiente para acelerar esse processo.

Quando nós olhamos com mais detalhamento os fóruns de debates que existem em torno da adoção, em regra a temática é no sentido de incentivar a adoção tardia, incentivar a adoção de crianças com algum tipo de deficiência, o que é extremamente positivo, extremamente salutar, mas eu me ressinto. Assim, eu sinto falta de debates, de medidas que objetivem acelerar a adoção de bebês.

Deixe eu tentar explicar. Nesses muitos debates que há - todos muito importantes - é muito comum ouvirmos que os brasileiros têm uma preferência por adotar bebês. Em regra, essa afirmação é feita não só como uma constatação, mas também como crítica. Eu compreendo a crítica, não retiro a razão da crítica, mas eu penso que em algumas situações tem que haver algum pragmatismo.

Isso é um fato, e o fato das famílias terem essa preferência não necessariamente faz com que essas famílias sejam famílias más. O que ocorre é o seguinte: não sei se vou ofender alguém dizendo isso aqui, mas é mais fácil criar o vínculo com o convívio numa idade mais tenra.

Então, quando você recebe uma criança com nove, dez, 11 anos - e eu conheço muitas famílias com esse desprendimento - você vai amar? Vai amar, mas é mais fácil a família criar os vínculos quando recebe um bebezinho que acabou de nascer ou que tem poucos meses. Isso é um fato.

Então, quando as famílias têm essa preferência, não é porque elas sejam más; é por causa desta realidade. Por que eu estou trazendo essa questão para cá? Não seria melhor, além de estimular a adoção tardia, que nós tentássemos acelerar esse processo para que as crianças não envelheçam nos abrigos? Para que as crianças não envelheçam em famílias provisórias, que é o que está acontecendo? Não seria melhor?

Por isso - e eu vou tentar detalhar no tempo que me resta, Sr. Presidente - nesta semana ainda, eu vou propor a criação de uma frente parlamentar pela celeridade na adoção de bebês. Eu sei que o tema vai ser considerado politicamente incorreto. O meu intuito de maneira nenhuma é desestimular a adoção tardia.

Muito pelo contrário, falaremos sobre isso também. Mas eu gostaria de estabelecer um fórum de debate nesta Casa objetivando buscar, sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista também jurídico-legislativo, que é o nosso papel, instrumentos para acelerar este processo.

Eu tenho muito medo, porque ou a guarda está sob discussão ou a mãe fez a entrega e estão fazendo a busca para saber se tem algum parente interessado. E nesse ínterim, o bebezinho, em regra, é colocado numa família substituta que já sabe que não poderá ficar com o bebê. Porque para você ser uma família acolhedora, seria isso, você já tem que ter um compromisso de não querer ficar com o bebê.

Ora, por que não colocar de uma vez sob a guarda, ainda que num primeiro momento provisória, de um casal, de uma família que quer ficar com aquela criança definitivamente? Porque o que ocorre é o seguinte, essa criança passa por vários cortes. Ela é, enquanto a situação está indefinida, colocada numa família acolhedora que não será a família definitiva.

Aí tem uma briga jurídica de um ano. Resolve-se a briga jurídica, tira dessa família acolhedora e entrega para a família adotante. A depender do tempo que isso leva, você diminui significativamente os potenciais candidatos a receberem essa criança. Pode acontecer dessa criança, por culpa de um processo lento, ter que ficar num abrigo.

Então não seria melhor de uma vez, sob a advertência de que ainda está em discussão, colocar essa criança numa guarda provisória de uma família que efetivamente quer adotar um bebê?

Aí vem uma outra questão - eu estou aqui colocando todos os pensamentos que vêm, vamos dizer assim, povoando a minha mente nos últimos dias - os programas que há de incentivar para que tenhamos mais famílias acolhedoras.

São programas que, muito embora a remuneração seja módica, preveem remuneração. Então é difícil falar isso sem ofender ninguém; o objetivo não é ofender. Vejam, aquela família que quer adotar está disposta a acolher aquela criança, a fazer todos os gastos. Talvez uma família que se apresente como família acolhedora possa ter também, não vou dizer um interesse, mas uma motivação econômica, já que tem um incentivo do Estado.

Então eu tenho um pouco de medo de nós criarmos toda uma estrutura que, se por um lado, é uma estrutura de proteção, porque é melhor estar em famílias acolhedoras do que em abrigos e tudo mais, por outro, pode servir de um desestímulo para uma efetiva e rápida adoção. Além disso, nós precisamos debater de maneira aberta o instituto da Entrega Legal.

O instituto da Entrega Legal é um instituto previsto juridicamente no nosso ordenamento e é um instituto que eu considero pró-vida. Por quê? Porque aquela mulher que eventualmente pensou em abortar é estimulada a levar a gestação até o final e entregar o seu bebê. Ocorre que a lei prevê que antes de efetivar a adoção solicitada por esta mãe, todos os familiares vão ser indagados se não querem ficar com o bebê.

E neste processo, essa criança, que está ali apta a ser adotada por uma fila enorme de famílias, vai ficar com um, dois, três, dependendo até quatro anos e perde a chance de ser adotada. Então são questões jurídicas bastante polêmicas eu sei, técnicas, com algum conteúdo ideológico, mas são muito mais técnicas do que ideológicas, que eu entendo que esta Casa pode colaborar muito fazendo essa discussão.

Então eu vou apresentar essa proposta de frente parlamentar. Peço o apoio dos colegas; é necessário ter a assinatura de vários colegas. Devo fazer isto até o final desta semana e, se tudo der certo, lançaremos essa frente em meados de setembro já convidando pessoas que estão no “front” dessa questão.

Quando eu digo no “front” é no “front” mesmo, decidindo os processos, fazendo laudos, para que nós possamos compreender onde é que está o problema e como é que a gente faz para que os bebês sejam rapidamente adotados tendo segurança e fazendo famílias felizes, porque não tem sentido ter uma fila grande para um lado, uma fila grande para o outro e mesmo com todos os cadastros e tecnologia essas duas pontas não se encontram.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Agradeço a V. Exa. pelas palavras.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, presidente. Para uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - É regimental. Vossa Excelência tem o tempo para uma comunicação, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, recebi aqui uma mensagem agora - falei da cidade de Suzano, ali a região do Alto Tietê - do nosso parceiro, major Castro, pré-candidato a vereador em Suzano, e ele me falou sobre o quê? Sobre a alça do Rodoanel. Esse projeto está feito desde, no mínimo, 2011. Já estamos em 2020 e o projeto não saiu do papel.

Então, deixar registrado aqui ao major Castro, a toda a população de Suzano, do Alto Tietê, que o nosso mandato está empenhado também junto com os parlamentares ali do Alto Tietê: deputado Estevam Galvão; deputado André do Prado, que é ali de Guararema; o deputado Rodrigo Gambale, nosso líder aqui do PSL, que nós estamos empenhados que esse projeto saia do papel. E vamos cobrar a Artesp, vamos sentar com os dirigentes da Artesp para que realmente essa obra aconteça.

O Rodoanel foi feito, foi criado. Por um erro de projeto, por um esquecimento talvez, não fizeram essa bendita alça. Então o povo de Suzano, o povo do Alto Tietê pode contar com o nosso mandato. Esse nosso amigo, o major Castro, que faz essa ponte com o nosso mandato para quê? Para que Suzano tenha realmente a alça do Rodoanel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Agradeço pelas palavras, deputado Gil Diniz.

O SR. ED THOMAS - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, nobre deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - Presidente Douglas, para pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PSL - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 08 minutos.

6 DE AGOSTO DE 2020 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, CORONEL NISHIKAWA e DR. JORGE LULA DO CARMO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 – CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Discorre sobre a solicitação de um requerimento de urgência para um projeto de lei, do deputado Sergio Victor, que garante às pessoas que trabalham na beira das estradas comercializar outros produtos além de caldo de cana e hortifruti, hoje estabelecidos por lei. Afirma que atualmente muitas famílias sobrevivem da venda destes outros produtos e que as mesmas estão perdendo suas licenças para a comercialização. Esclarece que é necessário o apoio de 15 deputados para que a urgência possa ser discutida. Pede que os colegas entrem em contato com o deputado Sergio Victor para apoiar este requerimento. Considera esta como uma causa justa, de pessoas simples que querem trabalhar. Afirma que abordará esta situação com o governador, em reunião, hoje.

3 - CORONEL NISHIKAWA

Assume a Presidência.

4 - MAJOR MECCA

Informa ter protocolizado um expediente solicitando a revogação da lei que suspendeu o pagamento de um terço de férias e a antecipação de 50% do 13º salário dos policiais. Afirma que estas medidas potencializam as dificuldades dos servidores da Segurança Pública. Destaca o trabalho dos policiais durante a pandemia. Lamenta que o armamento que os policiais dispõem hoje não são suficientes para cessar a agressão dos criminosos do Estado. Demonstra sua preocupação com os policiais. Cita o aumento da violência contra os policiais no primeiro semestre deste ano.

5 - CARLOS GIANNAZI

Denuncia o governador João Doria pela publicação, em plena pandemia, de vídeo em rede social em academia de ginástica dentro do Palácio dos Bandeirantes. Afirma que a academia foi reaberta para todos os servidores do Palácio. Exibe o vídeo. Considera o mesmo um estímulo ao genocídio e à matança, promovendo a circulação do vírus. Diz ser uma irresponsabilidade por ser um local de alto contágio. Pede que o Ministério Público tome providências em relação a isto.

6 - CARLOS GIANNAZI

Presta homenagem a todos os profissionais da Educação, de todas as redes de ensino, pelo dia comemorado hoje. Afirma que estes profissionais estão trabalhando muito neste período de pandemia. Exibe vídeo, organizado pela professora Paula, da escola Professor Pedro Voss, em homenagem à categoria. Parabeniza a professora Paula, pela iniciativa.

7 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Lamenta a falta de cuidado e zelo do governador João Doria com a Educação, em razão do anúncio da volta às aulas presenciais em setembro. Lembra a morte de aproximadamente 100 mil pessoas. Ressalta que as crianças não têm condições de manter o distanciamento social entre elas na escola. Considera que este retorno expõe todos os filhos e a comunidade da Educação à doença. Parabeniza todos os profissionais da Educação. Crítica a entrega da gestão dos CEUs para a iniciativa privada. Afirma que a educação tem que ser pública e de qualidade.

8 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

9 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Assume a Presidência.

10 - CARLOS GIANNAZI

Associa-se ao pronunciamento do deputado Dr. Jorge Lula do Carmo em relação à abertura das escolas. Considera absurdo o retorno presencial dos alunos em 8 de setembro. Esclarece que muitos prefeitos não reabrirão as escolas. Destaca que a maioria dos países que abriram as escolas voltaram atrás, já que neste período muitas pessoas morreram. Diz que, se as escolas forem abertas, haverá greve dos servidores da Educação. Crítica a privatização de 12 CEUs pela Prefeitura de São Paulo. Lamenta a aprovação de projeto, na Câmara dos Vereadores, que canaliza dinheiro público da Educação para escolas particulares. Afirma que as escolas devem voltar somente quando houver condições seguras.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE DR. JORGE LULA DO CARMO

Anota o pedido.

13 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, diz ter protocolizado, na última semana, representação no Ministério Público denunciando o governo estadual pela não chamada dos aprovados no concurso da Secretaria de Administração Penitenciária. Afirma ter entrado com a representação baseado em parecer de auditoria do Tribunal de Contas dizendo que

há déficit dos servidores no órgão. Pede que o Ministério Público investigue e tome as providências necessárias. Ressalta a necessidade de chamar também os aprovados em diversos outros concursos.

14 - PRESIDENTE DR. JORGE LULA DO CARMO

Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 07/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Entramos, então, no Pequeno Expediente, com os oradores inscritos. Com a palavra, o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Tenente Nascimento. (Pausa.)

Com a palavra, o deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Carla Morando. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Vinícius Camarinho. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Janaina Paschoal, que fará uso da tribuna pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., o deputado Coronel Nishikawa, aqui conosco também, todos os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham.

Eu venho, na verdade, hoje, fazer um pleito aos colegas. Acredito que ontem ou antes de ontem, eu anunciei que, juntamente à deputada Leticia Aguiar, iria solicitar a urgência no andamento de um projeto do deputado Sergio Victor. Obviamente, pedi a anuência do deputado Sergio Victor. E, pelas formalidades regimentais, quem tem que solicitar essa urgência é o próprio deputado Sergio Victor, que é o autor do projeto.

Do que trata esse projeto? É justamente aquele projeto que objetiva garantir às pessoas que trabalham nas beiras das estradas poderem comercializar os seus produtos, independentemente de serem hortifrutigranjeiros - na verdade, hortifruti; granjeiros, não - e caldo de cana. Porque a legislação estadual que vigora atualmente fala que só é possível comercializar nas estradas hortifruti e caldo de cana.

E há muitas famílias que sobrevivem da venda de pequenos artesanatos, da venda de outros tipos de alimentos. E essas famílias estão tendo as suas licenças retiradas sem maiores satisfações. Então, eu entrei em contato no DER, não tive resposta; lembrei que tinha um projeto do deputado Sergio Victor na Casa. Entramos em contato com ele, eu e a deputada Leticia. E ele prontamente aceitou que, por nossa iniciativa - formalmente, por parte dele -, esse projeto passasse a tramitar a título de urgência.

Ontem, ele enviou e-mail pedindo apoio. Ele precisa do apoio de 15 deputados para isso. E até agora só tem sete. Então, eu queria pedir, quase implorar para que outros colegas entrem em contato com o deputado Sergio Victor. Eu passei para ele o nome de vários colegas que estavam aqui no plenário quando eu primeiramente tratei do tema. Ele já encaminhou os e-mails.

Então, peço encarecidamente que, o mais rapidamente possível, respondam esse e-mail. Não é uma questão pessoal, nem minha, nem da deputada Leticia, nem do deputado Sergio Victor, nem do partido PSL, nem do Novo. Eu acredito que seja uma causa justa. São pessoas muito simples, que querem trabalhar. E sem esses 15 apoios, nós não conseguiremos sequer discutir a urgência desse projeto.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Nishikawa.

Independentemente desse trabalho no âmbito legislativo, hoje nós temos reunião, como ocorre todos os meses, com o governador. Por força da pandemia, as reuniões têm ocorrido no ambiente virtual. Eu faço questão de participar das reuniões, porque entendo que é um momento institucional. Eu sei que existe um, meio que um costume na Casa que, se as pessoas apoiam, participam da reunião e, se não apoiam, não participam.

Eu respeito essa visão, mas não corroboro, porque entendo que é uma oportunidade institucional de eu representar não só meus eleitores, porque, uma vez eleito, o deputado fala por todos os cidadãos do Estado também. Então, nesta reunião com o governador - até não vou poder ficar aqui no plenário, porque a reunião se inicia às três da tarde -, dentre outros temas, vou abordar essa situação das pessoas que trabalham nas beiras das estradas.

São licenciadas, que fique claro, não estou falando de pessoas absolutamente à margem da legalidade. Elas têm as licenças, mas, por força dessa lei que vigora no Estado - não vinha sendo aplicada, mas vigora -, as licenças estão sendo cassadas sem maiores satisfações. Essas pessoas, em um momento de crise econômica, um momento de dificuldades para todos nós, estão impossibilitadas de trabalhar.

Para finalizar, eu reforço: por favor, respondam ao e-mail do deputado Sergio Victor apoiando o trâmite a título de urgência do projeto que muda a lei estadual, para garantir que as pessoas possam trabalhar - mediante licenças, mas que possam trabalhar - vendendo seus produtos nas estradas do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL - Prossuindo aqui na lista dos inscritos do Pequeno Expediente, Coronel Telhada. (Pausa.) Marcos Damasio. (Pausa.) Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Leticia Aguiar. (Pausa.) Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Adriana Borgo. (Pausa.) Marcio da Farmácia. (Pausa.) Ed Thomas. (Pausa.) Major Mecca. (Pausa.) Gil Diniz... Opa, perdão. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Uma boa tarde, Sr. Presidente. Uma boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, e a todos que nos acompanham pela TV Alesp.

Eu gostaria de citar a protocolização de um expediente, através do nosso gabinete, pedindo a revogação da lei que suspendeu o pagamento de um terço de férias dos policiais e todos os funcionários, e a antecipação de 50% do 13º salário. Essa lei está prejudicando e potencializando as dificuldades dos nossos policiais no estado de São Paulo, dos policiais militares, civis, técnico-científicos e policiais penais.

Eu vou ilustrar a todos os senhores parlamentares desta Casa, vou ilustrar a todos os senhores que nos assistem, o que é a demanda e o trabalho, o exemplo que está sendo o trabalho dos nobres policiais militares ao longo dessa pandemia, para que todos saibam o que atravessam os nossos homens e mulheres que vestem uma farda. O governo, muitas vezes não enxerga que dentro dessa farda encontra-se um ser humano.

Nós tivemos, no mês de junho, uma ocorrência de roubo a banco no bairro da Lapa. Ocorrência às 10 horas da manhã, onde vários indivíduos empunhando fuzis e coletes balísticos renderam os profissionais em uma agência bancária e os clientes que ali se encontravam. Na saída desses indivíduos, uma radiopatrulha do 4º Batalhão - radiopatrulha essa composta pelo cabo Agenor e pelo soldado Marinelli - se deparou em frente a esses indivíduos, armados de fuzis.